

Lugares antropológicos entre mares. História, memória e presente numa vila piscatória transformada em porto industrial

Marta PITA

Mestranda em Antropologia, Patrimónios e Identidades,
pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) na fase de dissertação da tese
e-mail: martapita@portugalmail.pt

Resumo

Nas comunidades do litoral convergem múltiplos olhares e formas de imaginar. A pretexto da metáfora da fotografia faz-se uma incursão pelas modalidades da apropriação dos lugares numa vila piscatória transformada em porto industrial. Os lugares revelados reflectem processos de construção de memória e de imaginários, de realidades práticas e simbólicas, pelos agentes sociais envolvidos.

Palavras-chave: fotografia; comunidade piscatória; porto industrial; “lugares antropológicos”; “espaço vivido”; construção; memória; passado/presente; identidade.

Abstract

In the seashore communities multiple looks and ways of imaging converge. The excuse of the metaphor of the photography an incursion is made through the forms of appropriation of a fishing village's places made into an industrial harbor. The places disclosed reflect construction processes of memory and imaginaries, of practical and symbolic realities, by the social agents involved.

Key-words: photography; fishing community; industrial harbor; “anthropological places”; “lived space”; construction; memory; past/present; identity.

Resumé

Dans les communautés du littoral convergent les multiples regards et les formes d'imaginer. Sous prétexte de la métaphore de la photographie se fait une incursion vers les formes d'appropriation des lieux dans une petite ville piscatoire transformée dans un port industriel. Les lieux révélés reflètent des processus de construction de la mémoire et des imaginaires, des réalités pratiques et symboliques, par les agents sociaux impliqués.

Mots clé: photographie; communauté piscatoire; port industriel; “lieux anthropologiques”; “espace vécu”; construction; mémoire; passée/présent; identité.

Resultado de um olhar sobre os lugares de uma cidade piscatória em transformação, o texto que aqui se apresenta é ele mesmo o percurso desse olhar.

1. O primeiro olhar - paisagem a preto e branco

Quando seguimos na via rápida que nos leva até Sines, somos confrontados com a presença das grandes produções industriais. A partir do cruzamento para Santiago do Cacém, Vila Nova de Sto. André, Melides, o cheiro a gás indica-nos que estamos quase a chegar. Numa tabuleta à nossa direita conseguimos ler: ZILS, e mais à frente Repsol, Metalsines... Quando procuramos no horizonte o mar, o que vemos em primeiro plano são chaminés a deitarem fumo e uma forte chama amarela ou branca. À noite são as luzes ao longe que parecem indicar a presença de uma cidade, de dia são enormes contentores de betão e extensões imensas de tubagens metálicas que atravessam o nosso percurso. Mas não nos (des)iludamos logo aí. Para já é apenas estranheza. Quando chegamos ficamos apenas a saber que novas construções urbanísticas se desenham. Por um lado outdoors camarários anunciam a construção de fogos de habitação social, por outro as imobiliárias publicitam paraísos com vista para o mar.

Mas do mar ainda pouco sabemos. Seguimos pela Avenida General Humberto Delgado até ao Jardim das Descobertas, e mais à frente uma placa amarela indica-nos: Centro Histórico. Por cima uma indicação mais recente anuncia a Praia Vasco da Gama. Viramos à esquerda e hei-lo a bordejar a enseada onde Sines assenta. Uma baía virada para sul, protegida por um prontuário natural, que, não sabemos ainda, transformaria esta praia, a praia Vasco da Gama, numa das mais cobiçadas pelas famílias dos lavradores ricos do interior do Alentejo, a partir dos anos cinquenta. Pela calma das suas águas, pela sua areia fina e branca, que parecia

cantar ao ser pisada, de tão lisa que era. Sabemos ainda muito pouco. Mas agora que estamos sobre a baía, ficamos a saber que o cheiro que sentimos à chegada, (menos notado agora), deve vir da enorme cidade industrial que se ergue do mar. Para sul, saberemos mais tarde, os molhes do Terminal Multipurpose, e a seguir, na mesma linha do mar o Terminal de Gás Natural e o Terminal de contentores de elevada tonelagem, o Terminal XXI. Sob um céu limpo conseguimos distinguir a aldeia de Porto de Covo, e ainda mais para sul, avistamos o Cabo Sardão.

Para noroeste, ainda na linha do mar, o Terminal Petroquímico e Petroleiro, e mais afastada, para nordeste a Refinaria. A serra da Arrábida e o cabo Espichel marcam a última fronteira do nosso olhar.

Mais tarde viríamos também a saber que a população de Sines foi desde o início, ainda nos anos setenta sobre os ventos da Primavera Marcelista, contra este complexo industrial. Mas por ora apenas sabemos que ele existe, e que existe também um Porto de Recreio na baía, localizado no molhe antes de entrarmos na linha da cidade industrial e do lado oposto da baía o Porto de Pesca, o único da nossa costa ocidental virado a sul.

Saberemos depois de nos perdermos pelo “centro histórico” onde fica situado o castelo e a igreja matriz, a estátua de Vasco da Gama, o “filho de Sines”, o centro cultural Emmérico Nunes, a capela transformada em espaço de conferências, espectáculos e exposições, a casa mortuária transformada já em 2005 em casa da juventude, o café onde os jovens se encontram ao lado, o café feito ex-libris da cidade, conhecido como os “Galegos”, os correios, o “talho popular”, a “Cooperativa”, o barbeiro, o sapateiro e mais para dentro, as associações recreativas e desportivas, do Ginásio Clube de Sines, do Vasco da Gama, e desde Agosto de 2005, o novo complexo cultural Biblioteca e Centro de Artes (edificada no espaço deixado pelo antigo cine-teatro Vasco da Gama). Atentos às ruas e ao que se esconde para dentro dos cafés, notamos uma cidade cristalizada em bilhete postal, onde impera o mar. A praia quando ainda não era *Vasco da Gama*; o porto de pesca quando era apenas uma calheta (ou Ribeira como ouviríamos mais tarde), um porto de abrigo, e, mais raramente, aparece o pescador. Sines da baía e dos banhos quentes. Da praia com os seus toldos dispostos no Verão apinhada de veraneantes. Dos barcos fundeados na baía e outros pela rampa acima nos Invernos de temporais em que tinham que vir para terra porque a calheta não era suficiente para os proteger. Do mar revoltoso em temporais. Imagens que circulam de loja para loja, de café para café, espalhadas não apenas neste pequeno centro histórico, mas para lá dele, nas ruas e nos bairros que entretanto foram crescendo pelas margens da cidade. Quase todas as imagens vêm de uma loja de fotografias situada neste centro histórico, a “Fotos Correia”, onde um letreiro afixado na montra que diz “trespassa-se” espera há mais de um ano um outro destino. Saberemos nesta loja que as fotografias retratam Sines das décadas de 40, 50, 60 chegando mesmo aos anos

70, e que o fotógrafo era o pai da actual proprietária. Muitos negativos esperam tornar-se positivos e muitos já foram para o lixo, os retratos principalmente, porque a paisagem contém a beleza cristalizada das coisas que são para sempre e que ainda hoje se podem encontrar nos caminhos da “vila” que as pessoas percorrem. As pessoas essas, já não existem, e por isso não interessa mostrar ou pôr à venda, esclarece-nos a proprietária.

É difícil resistir ao apelo das fotografias a preto e branco. Trazem-nos a nostalgia dos lugares ainda não poluídos pelo frenesim da modernidade. A total e perfeita simbiose de uma pequena vila com o mar como horizonte próximo. O poder da fotografia está nesse encantamento pelo que sobreviveu à usura do tempo.

À semelhança do que sentiu Alice Garner (2005) ao sair do comboio em Arcachon, sudoeste de França, para iniciar uma viagem pelas transformações dessa vila piscatória no séc.XIX, numa das mais importantes estâncias balneares da França dos nossos dias, também a chegada a Sines não nos oferece nenhuma “atmosfera histórica” (idem: 2). O mar é o seu monumento mais visível e não espanta por isso que seja através dele que se nos dá a conhecer.

A maior parte das imagens que funcionam como cartão de visita de ambas as cidades surgem-nos sem qualquer referência temporal. E essa ausência é paradigmática. Estivessem ou não os autores das fotografias cientes da forma como iriam ser lidas no futuro, elas contém em si a força das coisas que ficam na abstracção do tempo, permanecendo. Para quem chega de fora com o olhar de visitante a cidade que lhe é apresentada é apenas essa cristalizada no tempo. Poderá, ao percorrer as ruas, descobrir alguns dos lugares que vira nas fotografias, outros haverão que, pelo contrário, dificilmente encontrará. As transformações não chegam porém para abalar a utopia da imagem, elas são “naturais”. E é precisamente essa naturalização do tempo que faz descurar um olhar sobre os processos, os ritmos da vida. A fotografia ilude o visitante acerca de uma realidade que crê abarcar na sua totalidade. Através dela o particular, o detalhe, é apenas ruído, qualquer coisa que pode moldar e ajustar ao conjunto, transformar à sua medida. Neste sentido ela é efectivamente um instrumento de poder. Para conhecer e categorizar, para dominar e transformar. “[E]nquanto transforma a acção em algo que seja legível (...) origina uma forma de estar no mundo para ser esquecida (...)” (idem: 52, cit. Certeau¹), e o que fica substitui-se enfim à prática do “espaço vivido”² (Lefebvre, 1974) obscurecendo a realidade.

¹ A tradução das citações do original em inglês ou em francês são da minha responsabilidade.

² Entende-se por “espaço vivido” toda a dinâmica social, que através do tempo e de processos históricos, políticos, sociais, económicos e culturais, se reflecte e é reflectida na ocupação e na apropriação de espaços concretos, não apenas físicos (o espaço urbano por excelência) como também simbólicos (os espaços da memória, do imaginário). (a partir de Lefebvre, 1974)

A população local por seu lado orgulha-se dessas representações e também reproduz sem hesitar a fábula do tempo que ficou para sempre. Sines a preto e branco situa-se no território imaginário de todos os lugares ideais, que se tornam naquilo que todos esperam que sejam. Lugares que comportam uma “unidade” entre a prática, o símbolo e o imaginário. (idem) O que distingue os locais dos visitantes é que para os primeiros essas representações contém a memória afectiva do “espaço vivido”.

Agora que ainda somos visitantes, rapidamente nos esquecemos do que vimos antes de chegar. Quando nos debruçamos sobre o muro do alto da barroca, no Largo do Penedos, a cidade industrial é apenas paisagem, não agride, não parece romper com nada. Por baixo de nós está esse mundo colorido dos barcos de pesca, das gaiotas, dos homens com os seus oleados garridos, do murmúrio das ondas a lamberem a praia misturado com o som frenético das caixas a baterem no metálico dos tabuleiros da escolha do peixe, dos motores dos barcos, do leilão do pescado na lota. Quando nos afastamos e caminhamos nas ruas do centro, quando nos sentamos num café, levamos connosco os sons do trabalho como um murmúrio leve. E em nenhum momento é a cidade porto industrial que nos assalta os sentidos ou a dinâmica portuária a que assistimos. Se não estivermos atentos também não são os pescadores ausentes da Sines a preto e branco que encontramos. Neste lado da cidade quase que arriscamos pensar que o mar é apenas paisagem, diferente do mar a preto e branco mas mesmo assim paisagem.

A pouco e pouco decidimos entrar mais fundo nessa paisagem e procurar-lhe uma história que a legitime. Não iremos já aos “espaços vividos” dessa história, por ora procuremos fixar a sua memória na bibliografia disponível sobre a cidade. E é de novo o território marítimo que se “insinua terra dentro” (Ribeiro, 1987: 128). Da actividade piscatória, do comércio marítimo, da indústria conserveira. E até entrarmos na literatura esparsa que existe sobre o século XX, continuamos na Sines a preto e branco, da “tradicional vila piscatória”.

2. Sines – passado e presente – de vila piscatória a porto industrial

A baía de Sines constitui, sob vários pontos de vista, o mais notável acidente de toda a linha de costa entre a foz do Sado e o cabo de São Vicente. Numa perspectiva histórica, a baía contém inegáveis atributos para atrair populações: bons fundos, propícios ao acolhimento de embarcações de todos os calados, bem protegida do quadrante norte (mas vulnerável quando sopram de sul a oeste) e bordejada por uma alta escarpa facilitadora da defesa contra os perigos vindos do mar. Daí, o desenvolvimento de uma comunidade ligada intimamente à faina da pesca e o aproveitamento do recesso costeiro como porto comercial. Parece

*assim justificado que, como escreve J. Pedro Machado, o próprio nome de Sines tenha origem na palavra latina sinus, que significa exactamente “baía”*³. (Quaresma, 1998: 47)

A história da formação e da evolução da vila de Sines⁴ “inscreve-se na lógica mediterrânica da escolha de sítios naturalmente defensáveis. A combinação de uma baía abrigada e de uma colina fragosa caracteriza as aglomerações litorais, que se podem contar entre as mais típicas do Mediterrâneo.” (idem: 49) Mediterrânica também a confluência de trânsitos, através do mar, com o vai e vem de navios internacionais e nacionais, como interposto comercial (numa dimensão proporcional à dimensão do seu porto), entre a ruralidade e urbanidade, “fortemente castrense, mas já funcionalmente portuária e ribeirinha” (idem: 53). Desde o século XIV que se regista esta confluência, período da primeira referência que se conhece (idem) a uma parceria luso-italiana para a pesca do atum, golfinho, toninha e espadarte, com almadrava (armação fixa de pesca) na costa entre Setúbal e Sines. É também do mesmo período o pedido da população para aumentar as dimensões da calheta para que pudesse responder aos trânsitos marítimos. Sines também surge no mesmo período como porto de origem de cereal, vinho e mel que eram escoados para a capital, bem como de cortiça e carvão (idem: 59 e seguintes). A sua maior importância, não nos iludamos, é ao nível regional, como porto de abastecimento de Santiago do Cacém e de outras zonas do interior, através de uma rede viária. A preocupação com a defesa continuou a impulsionar o crescimento de fortificações na viragem para o século XVII, como o forte da Ilha do Pessegueiro, de Vila Nova de Mil Fontes, da Senhora das Salas (idem: 62).

Na segunda metade do século XIX a cortiça e a sardinha para conserva ocupavam lugar central na sua economia e comércio, para o consumo local e para exportação. Também os transportes marítimos eram centrais nas ligações de Sines - Lisboa e Algarve. (Soledade, 1999: 148) A rede ferroviária só chegaria a Sines nos anos trinta do século XX. Até aí seria efectivamente o mar o condutor de trânsitos económicos e sociais.

³ Outra teoria sobre esta origem está no nome de uma das tribos Celtas que se fixaram na nossa costa, a tribo dos Cinetos que em Sines, no século IV D.C, construiu o seu castro (no lugar onde está situado o Castelo), dedicando-se à pesca, criação de gado, indústria têxtil, metalúrgia e cerâmica. (Soledade, 1999)

⁴ O “termo” ou “vila” de Sines foi criado por carta régia de 24 de Novembro de 1362 (D. Pedro I), a pedido dos homens-bons de Sines (com a promessa de construírem muralhas defensivas). Até essa data tinha sido uma aldeia sob os domínios da ordem de Santiago. A autonomização da vila inscreve-se na política dos séculos XIII e XIV, de fundação e ampliação de povoações no litoral (“póvoas marítimas”), como Viana, Póvoa do Varzim e Setúbal, para efeitos de defesa e incremento do comércio marítimo, então em expansão. (Quaresma: 47 e seguintes) O desenho das suas fronteiras administrativas não é pacífico (para mais informações ver as obras já referenciadas), em 1855 extingue-se o concelho de Sines, voltando a pertencer ao concelho de Santiago e já depois da República, em 1914, volta a ser concelho. A freguesia de Porto Côvo (13 km para Sul) passa a integrar as suas fronteiras concelhias em 1984, e em 1999 Sines é elevada a cidade.

O transporte da sardinha e da cavala para o exterior era feito pelas “*canoas da picada*” para alimentar a indústria conserveira de Setúbal, Algarve e Ayamonte, sendo uma parte canalizada para as fábricas locais, que até ao final dos anos vinte funcionavam com soldadura manual⁵ (Leal, 2001: 78). Regista-se a existência de quatro fábricas na primeira década do séc.XX e mais três nos anos vinte (idem: 82). A pesca à sardinha, dominante, era essencialmente canalizada para esta indústria.⁶ Das três fábricas de conserva que existiam em 1927, entre as décadas de trinta e de quarenta, duas terminaram a sua actividade. Até cessar definitivamente a última fábricas já nos anos noventa (Leal, op.cit.: 82). No mesmo período desaparece a última fábrica de conserva de Setúbal, marcando o fim de uma das grandes indústrias impulsionadoras da actividade piscatória, e responsável em parte pelo declínio da frota da pesca do cerco no eixo Sines-Setúbal-Sesimbra. Também a indústria corticeira nasceria e culminaria nos mesmos períodos. Ambas são fruto do Liberalismo oitocentista, da filosofia do progresso e da liberalização económica, e assistem lado a lado ao culminar de uma era. Sob esses mesmos pressupostos passariam a ser consideradas indústrias tradicionais, menos de um século depois.

Apesar do fim anunciado a actividade piscatória continuaria a revelar-se como o marco essencial onde a sociedade se revisita a todo o momento.

Até aos dias de hoje a feição marítima de Sines continuou a servir para legitimar novas formas de territorialização e de apropriação da geografia da região, elegendo os “heróis” de cada tempo histórico. Do passado, iconiza-se a tradição piscatória e o pescador, do presente/futuro a modernidade e o progresso. Em comum têm a retórica dos mares e da abertura para o mundo, fazendo da figura de Vasco da Gama, enquanto navegador e descobridor nascido em Sines, o elo de ligação entre os dois.

Os pescadores, “os de Sines em particular”, são relatados como os “Heróis do mar e Mestres da Universidade Empírica Marítima de grande projecção Uni-

⁵ Alguns detalhes sobre esta indústria em Sines podem encontrar-se em Leal, 2001

⁶ Leal atesta que na década de trinta e de quarenta a sardinha diminuiu drasticamente pelo aparecimento em força do carapau, que não era comprado pelas fábricas de conserva e era menos resistente ao sal. Os pescadores das armações fixas, que então ainda eram a base dessa pesca, ressentir-se-iam por não conseguirem escoar o carapau apanhado. Este seria um dos factores principais para o declínio das artes. (Leal, op.cit: 82) Outro autor aponta a ascensão das traineiras, embarcações e artes que concorrem às mesmas espécies, como razão desse declínio. (Filgueiras, 1994) As armações fixas “à valenciana” exigiam muita mão-de-obra (cerca de 20 a 25 homens), para levantar o complexo sistema de montagem de redes, e pelo menos quatro embarcações por armadilha, sem contar com embarcações auxiliares, as “enviadas”. Enquanto se verifica um enorme desenvolvimento da pesca da sardinha por meio destas artes, surge a traineira, já nas primeiras décadas do séc.XX, trazida de Vigo por um armador de Peniche, que irá adaptá-la para a pesca do cerco à sardinha (idem). Estas embarcações vão-se impondo por toda a costa pois implicam a redução dos custos com a mão-de-obra, e por isso um esforço de pesca menor. Em 1931 surge a primeira embarcação do género em Sines, a “Estrela do Mar”, pertencente a uma sociedade de pesca familiar então criada (Leal, op.cit: 82) Hoje continua a existir e a praticar a pesca do cerco, tendo à frente um descendente de um desses antigos sócios, mestre da traineira com o mesmo nome. O desaparecimento das armações só aconteceria porém, já nos setenta.

versal” e como sendo “hoje em dia os continuadores daqueles pescadores da Galileia, que Deus de Nazaré escolheu para seus discípulos e continuadores do Evangelho”. (Soledade, op.cit: 149) O mar abriu a cidade para a épica história dos “Descobrimentos”, pela mão de Vasco da Gama; “filho de Sines”, e constituiu-se, desde a Antiguidade, como matéria prima sobre a qual “assentou a fortuna de Sines” através da pesca e do comércio marítimo, conhecendo-se desde a época romana a “feição industrial” da actividade piscatória, pela presença de vestígios de uma fábrica de salga de peixe que ocupava o alto da escarpa junto do castelo. (Quaresma, op.cit: 57) Num texto de 1850 (Lopes, 1985) (re)editado pela Câmara Municipal eleva-se o espírito progressista do “povo de Sines” quando se revoltou contra D. Miguel que dessa praia embarcava para o exílio numa fragata inglesa, em 1834.

Mais recentemente, a retórica dos trânsitos e da modernidade foi o pretexto para mais uma abertura épica de Sines para o mundo, agora pela mão de um *hub port de transhipment* de contentores de elevada tonelagem, potenciado por uma “privilegiada localização geo-estratégica no cruzamento das principais linhas de contentores, leste-oeste (Oriente – Médio Oriente – Mediterrâneo – Atlântico), com as do norte-sul (Europa – América do Sul – África Ocidental – Rota do Cabo)”, e por condições naturais favoráveis como a existência de águas profundas, ou outros factores como a inexistência de pressão urbana e de limitações a nível ambiental.⁷

Este terminal de contentores, o “Terminal XXI”, fará a ligação de Sines ao mundo. Uma “nova visão de Sines [assente] na produção terciarizada, flexível, polivalente e de grande valor acrescentado”, com “novas formas de actividade e organização empresarial” sendo o “dever” das autarquias da região “[oferecerem] respostas de qualidade à globalidade do seu perímetro; saneamento, água, transporte e comunicação, saúde, ensino, habitação, lazer, (...) os desafios que a modernidade e a terciarização irão obrigar a implementar.”⁸ Isto porque se trata afinal de um projecto regional (!?) como indiciava aliás a sua matriz inicial... Um “sinal de Deus” – nas palavras de João Cravinho, numa notícia do *Público*⁹ para a “mudança estrutural da sociedade portuguesa no sentido do progresso e desenvolvimento” – acrescenta o autor da notícia, também ele um especialista na área, professor e consultor de transportes, portos e logística. O discurso dos especialistas surge aqui em plena conformidade com a orientação política.

O que agora surge como “novo” revela-se porém a continuação de uma forma de ocupação do território definida pelo Complexo Industrial e Portuário¹⁰,

⁷ www.portodesines.pt

⁸ DIAS, João Carlos Quaresma, A aposta portuguesa em Sines in *Público*, 21-07-1997

⁹ SEQUEIRA, A. Figueiredo, Porto de Sines como ‘um sinal de Deus’ in *Público*, 28-12-1998

¹⁰ O porto de Sines transformou-se no grande pólo industrial do Alentejo. Para além do Terminal XXI desde 2004, tem o Terminal Petrolífero, a funcionar desde 1978, o Terminal Petroquímico, desde os anos oitenta, o Terminal Multipurpose, desde 1992, e de Gás Natural Liquefeito, em funcionamento desde 2004. O porto de recreio existe desde 1994.

projectado ainda sob o regime fascista, e continuado depois do 25 de Abril, até aos dias de hoje. Esse período marcou para sempre a população de Sines. E hoje é tomado como o marco histórico que divide o passado e o presente/futuro. O “antigamente” é esse tempo idílico antes da empresa italiana, Condotte, se ter instalado na cidade e com ela o início da transformação da baía, com a construção dos molhes para as novas indústrias que a partir de 1978 começaram a funcionar em Sines.

Muitos são os que não perdoaram o espaço roubado ao mar. Para os pescadores os molhes destruíram muitos dos seus pesqueiros e marcos de orientação no mar, obrigando-os a reconfigurarem os seus hábitos. O mar que conheciam pela prática do trabalho, com as suas próprias fronteiras, modificar-se-ia para sempre. Para quem viveu em Sines nesse período foi o fim da sua “vila piscatória”, na qual todos se reconheciam na mesma geografia urbana (com os seus próprios códigos hierárquicos, seus interditos e suas liberdades), na sua vivência social e afectiva. E as novas indústrias não constituíram apenas uma demonstração de abuso de poder e de arrogância por parte do governo de Marcelo Caetano de então contra os interesses locais mas insinuou-se como o princípio do fim de um modo de vida. A resistência da população ao projecto, com mais determinação entre a comunidade piscatória, foi vivida como uma luta pela defesa desse modo de vida.

A criação de um “pólo de crescimento” – o único em Portugal – supunha um desenvolvimento definido e orientado pelo Estado, aberto aos mercados internacionais e grupos capitalistas nacionais, com objectivos macro-económicos e regionais ao mesmo tempo. Pretendia-se fazer a ligação da indústria de refinação e petroquímica à economia petrolífera mundial. (Vários, 1974; Patrício, 1991) Mas “tanto a natureza pouco democrática do plano como a falta de democraticidade do regime”(Patrício, op.cit:10) levaram a população de Sines a reagir desde o primeiro momento contra o projecto.(Vários, op.cit; Patrício, op.cit) “A concentração de decisões económicas, políticas e sociais a nível dos tecnocratas do Estado não só divorciou o projecto dos interesses regionais e locais, como pretendeu ambiciosamente reestruturar o grande capital.” (Patrício, op.cit: 9)

A luta dos pescadores pela construção do porto de pescas foi, segundo a socióloga Maria Teresa Patrício (op.cit), a “mais importante luta travada em Sines” (idem: 14)¹¹ nesse período, na medida em que ia ao encontro dos princípios de descentralização e de democratização contrários à ideologia do projecto. Também as reivindicações, em 1982, pela protecção da praia e contra o despejo de detritos químicos no mar foram de extrema importância no sentido da defesa do património

¹¹ Em 1985 esta reivindicação foi parcialmente satisfeita (Patrício, 1991: 15), mas só em 2001 o porto seria alargado e dotado de melhores condições para a atracagem das embarcações e outros serviços de apoio. (TORRES, Alcídio, Porto de pesca vai entrar em obras in Jornal de Notícias, 9-01-2001

nio social e cultural de Sines, afirma a mesma autora. (idem) Na sequência dessas descargas a norte de Sines, os trabalhadores paralisaram toda a actividade económica e dias depois os pescadores boicotaram o porto industrial. Esta luta foi conhecida pela imprensa da altura como a primeira “greve verde” do país. Em 1995, depois de alguns incidentes com navios de elevada tonelagem, em 1897, a explosão de um navio que estava a realizar operações de descarga, e em 1989, o derrame de crude provocado por um acidente com um petroleiro, os pescadores param a sua frota pesqueira exigindo medidas concretas do poder central pela qualidade das águas e em relação à mortandade de peixes que então se verificou. (Leal, op.cit)

Do projecto inicial ficou por realizar a mais temida de todas as ameaças, o aterro da praia e a transferência de toda a actividade piscatória para o pequeno porto de pesca de Vila Nova de Milfontes, a cerca de 42 km mais a sul. Embora o projecto político de “colonização” da região se tivesse constituído afinal como o grande *elefante branco* do regime marcelista, deixou marcas profundas, transformando uma paisagem semi-selvagem, numa área saturada pela presença da indústria.¹² A vila voltaria a cumprir-se como porto industrial que já fora, só que agora as indústrias pujantes do passado seriam cada vez mais as “indústrias tradicionais” do presente, e passariam gradualmente a figurar no imaginário da Sines a preto e branco.

3. Comunidade à margem¹³

A apropriação do tempo e do espaço, diz-nos Remi Hess no prefácio a *La production de l'espace*, de Henri Lefebvre (op.cit), é a “modalidade superior da liberdade” (XII), e mesmo reconhecendo que o processo é controlado pelo poder político, é a sua contestação que abre caminho à “dialéctica que permite articular o real, o possível e o impossível, e que torna possível o que parece impossível.” (cit. Lefebvre in idem)

Sines, que fora eleita para a concretização e materialização de todo um ideário político, acabou por ser palco de um confronto entre dois territórios antagónicos. De um lado intentava-se a transformação daquela em terra de ninguém, platafor-

¹² Não se pretende aqui explorar exaustivamente nem o processo nem os efeitos do Complexo Industrial na população de Sines, mas tão somente situar esse período enquanto marco referencial da sua memória colectiva, constantemente evocado no presente. Para uma análise mais aprofundada consultar, para além das obras referenciadas, e só para citar algumas, Pacheco, Francisco do Ó, 1999, *Crónica da Greve Ecológica em Portugal, Sines*; o arquivo de imprensa municipal (brevemente disponibilizado na nova Biblioteca e Centro de Artes); e as publicações do Gabinete da Área de Sines, instituto criado em 1971 para acompanhar o processo, sob dependência directa do presidente do Concelho, extinto nos anos oitenta, constantes nos arquivos municipais e também na Biblioteca Nacional.

¹³ Usamos “margem” no sentido de exaltar os lugares que se foram construindo fora do centro urbano, com os seus próprios centros, vividos essencialmente pelos pescadores ao longo de gerações, que se revestem das especificidades da dinâmica social da comunidade piscatória.

ma portuária para a entrada e saída de bens convertidos em poder económico e político, do outro a afirmação de um *lugar*, o mesmo “lugar antropológico” definido por Marc Augé (1994) como o lugar que é partilhado por um determinado grupo de pessoas “que aí vivem, trabalham, o defendem, lhe marcam os pontos-chaves, vigiam as suas fronteiras, mas também identificam nele os vestígios (...) dos antepassados ou espíritos que lhe povoam a geografia íntima (...)” (idem: 49). Lugar carregado de “identidade” e de “relação” por oposição ao “não-lugar” que “não integra os indivíduos” (idem: 109-110).

As populações marítimas¹⁴ constituem-se como “um segmento frequentemente marginalizado das sociedades a que pertencem” (cit. in Moreira, 1987: 34) e como tal os seus “lugares antropológicos” são também eles à margem. São comunidades que “souberam, nas suas relações com o meio ambiente particular, o mar, ao qual atribuíram – às suas características naturais – uma dimensão antropológica; colocar em prática sistemas sociais, económicos e religiosos destinados a ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e os seus recursos. (Diegues, 1999: 371) A actividade piscatória constitui-se como um “sistema adaptativo” (Moreira, op.cit: 35) cujo sucesso dependerá da capacidade dos pescadores em responderem prontamente a todos os “sinais”. São eles os primeiros a afirmarem que “o mar nunca é igual” mesmo que conheçam de cor o rumo a seguir, pela força de o fazerem tantas vezes. “[Os] pescadores, explorando recursos comuns, móveis, frequentemente desconhecidos, nada encontram por princípio garantido (...), o que garante acesso aos recursos não é um direito, mas antes uma capacidade de os retirar.” (idem: 13-14) Esta capacidade vai sendo adquirida ao longo do tempo, pela experiência, “a escola da pesca é o mar”, “à força de olhar os outros a fazer”. Frases ouvidas em Sines, por todos os que fazem e fizeram da faina marítima a sua vida.

Concordando com Orlando Ribeiro (1945) quando afirma que “o fluxo e refluxo da história do litoral não nos deve iludir (...) como o domínio costeiro é estreito e limitado, assim também as suas repercussões humanas são epidérmicas, sem atingir o âmago da terra firme” (Ribeiro, 1987: 23), o que sentimos em terra é essa vivência marítima. Mesmo que primeiro a apreendamos apenas como paisagem e depois como periférica em relação ao resto da sociedade, apercebemo-nos por fim que ela cria um imaginário colectivo e acima de tudo uma prática social. As dinâmicas sociais da comunidade marítima remetem-nos para espaços próprios, que, se não são exclusivamente produzidos ou apropriados pelos marítimos, são pelo menos identificados pela comunidade em geral como sendo *deles*.

¹⁴ Moreira (1987) define as “populações marítimas” pelo seu modo de vida específico que assenta essencialmente “na exploração dos recursos pesqueiros do mar, através do exercício duma actividade extractiva, aleatória, de natureza marcadamente predatória, e que possuem formas específicas de relação e organização ambiental, social e cultural.” (idem: 13-14) Neste texto opta-se também pelo uso do termo “comunidade” atribuindo-lhe o mesmo sentido.

Pode afirmar-se, dando seguimento à ideia apontada por Moreira (op.cit), que esses lugares definem as fronteiras da sua identidade, da sua própria história, das sociabilidades, da sua cultura material e simbólica. As populações marítimas são elas próprias as primeiras a assumir uma posição de marginalidade em relação à sociedade em que se inserem. Quando não o é através do discurso que evocam, é-o através dos espaços que ocupam diariamente, da forma como elegem os seus centros geográficos de interacção social e de convivência, fora do centro da cidade. Se o tempo foi quebrando algumas dessas hierarquias geográficas, que tinham sempre como base uma clara divisão inter-classista, no presente são sempre chamadas a legitimar as novas formas de ocupação do espaço.

Foram as transformações introduzidas ao longo do tempo pelas várias indústrias que têm o porto oceânico como base, que estão na senda das novas apropriações do espaço geográfico, das novas leituras e vivências sociais, simbólicas, que dele fizeram a sua comunidade piscatória. Não apenas os pescadores de Sines, mas também todos os que directa ou directamente estão ligados à actividade (as suas famílias e todos os que trabalham ou trabalham ainda em actividades associadas como seja a venda do pescado ou a construção naval) ou mesmo não estando ligados à actividade partilham as mesmas dinâmicas sociais por conviverem diariamente com a comunidade (como aqueles que trabalham ou trabalhavam nas tascas, lugares privilegiados da sociabilidade dos pescadores).

Como o mar-paisagem se transformou aos nossos olhos, também a partir de certos mares, do passado e do presente, os pescadores encontraram velhas formas de vida sobre novos lugares tornados entretanto plenos de sentido antropológico. Uma cidade nova nasce sobre um velho território (Garner, op.cit) e lentamente, mais lentamente do que a transformação física dos lugares, - as mudanças no espaço são sempre mais abruptas do que a reinvenção dos novos códigos de apropriação desses lugares (Lefebvre, op.cit), - a memória do que foi jamais será a materialidade absoluta do lugar mas antes a reprodução, recriação, da realidade. A imagem colectiva, subjectiva, íntima do espaço. Mais do que a realidade e o facto histórico em si mesmos, o que se insinua quando entramos no campo da memória e do quotidiano é a dialéctica do espaço vivido. O conhecimento que é produzido desse diálogo é incorporado como sendo a realidade em si mesma, - não apenas uma representação da mesma -, e que vai estruturar em larga medida as relações sociais e a relação entre as *forças produtivas*.¹⁵ Real e símbolo¹⁶ estão numa e na

¹⁵ As “forças produtivas” (Lefebvre, 2000) incluem a natureza (enquanto o real, meio concreto donde emergem essas relações), o trabalho (a organização e divisão do trabalho), os instrumentos de trabalho, e por fim as técnicas e o conhecimento. (idem: 85)

¹⁶ Remeter para os conceitos de Marx de “infraestrutura” e de “superestrutura”, e para esta breve leitura de Gilsli Pálsson (1993): “*Grundlage* [a infraestrutura] é o espaço doméstico ele mesmo (*household* no original) – a vida social ou o *oikos* humano – enquanto *Uberbau* [a superestrutura] integra as suas representações no discurso social – em suma o que significa viver no espaço doméstico e ser parte dele.” (idem: 118) Entendendo-se o real como a “infraestrutura” e o símbolo como a “superestrutura”

mesma dimensão das dinâmicas sociais, participando na construção das identidades locais, dando-lhes corpo e sentido.

4. Espaço Memória - Passado e Presente (Etnografia local)

Já deixámos de ser apenas visitantes e a um olhar estanque e “enciclopédico” (Garner, op.cit) sobre a realidade, substitui-se a imagem de fluidez que têm as coisas que estão vivas.

O que encontramos quando entramos neste domínio são os lugares da memória e o presente reconstruído desses lugares. A realidade complexifica-se e deixa de ser a preto e branco. O “antes” deixa de ser o lugar idílico que tem a força do que é para sempre e ganha movimento, dinâmica, dialéctica. O “agora” torna-se algo infinitamente mais rico do que um paraíso perdido, desconstruído com o presente e sem futuro, e ao invés de rupturas o que nos é revelado é um continuum. As transformações ocorridas na sociedade sineense não trouxeram afinal mudanças tão abruptas como o sentimento de nostalgia nos parecia fazer crer.

4.1. Comunidade enquanto espaço de conquistas individuais e reconhecimento

Ser adulto entre os homens do mar equivale a ser homem. E é-se homem quando se começa a “andar ao mar”. A partir do momento em que se conquista o mar, conquista-se o direito de entrar em determinados lugares e ser de igual para igual. O correr do tempo é marcado por estes rituais de passagem. Quando procuramos as datas o que nos é revelado são estas pequenas conquistas sociais associadas à abertura de certos lugares antes vedados. Ser “gaiato” é mais certo do que ter 12 ou 13 anos, porque equivale aos sonhos de vir a ser homem: anda-se na escola primária, experimentam-se já os espaços que se irão ocupar no futuro, marcam-se algumas fronteiras. Aos dezasseis já se é homem porque já se anda ao mar. Mas ainda não se assentou, é-se “alvoriado”, tem-se o “sangue nas gelras” é o tempo dos namoros e das conquistas, dos bailaricos, não é preciso optar já por um rumo, anda-se de barco em barco, de arte em arte, sai-se do mar e regressa-se, aprende-se, acumulam-se experiências. A vida ainda é uma brincadeira. No percurso dos homens o serviço militar reflecte-se na forma como passam a incorporar a masculinidade. Quando se regressa é-se “homem feito”, ganha-se o direito à “parte” (é-se “camarada”) do que se tira do mar e é o momento de assentar (procurar casa própria, casar...). Conta um pescador, hoje reformado, que andava ao mar com o seu pai, mestre da embarcação, que este nunca lhe deu uma parte como aos outros camaradas. Quando veio da tropa continuou a andar com o seu pai, e este

continuou sem lhe dar uma parte. “Então mas isto é o quê? Sou homem ou o quê?” Abandonou o mar nesse mesmo momento e emigrou. Tendo-lhe sido negada essa “parte” da sua masculinidade procurou encontrar-se fora da comunidade.

O serviço militar, desprezado pelos pescadores como “tempo perdido para o mar” e para a “mocidade” de uma forma geral é no entanto evocado como um estágio necessário para a afirmação de uma masculinidade mais completa. A legitimação oficial, do Estado, da sociedade em geral, da condição de “homens feitos”. Trazer esse período das suas vidas para o espaço social de convívio com os outros homens pode ser entendido como forma de compensação pelo tempo perdido e de auto valorização para lá da comunidade original de pertença. A sua masculinidade vale tanto mais no interior da comunidade, quanto mais se assumir fora dela. Em última instância o que estes homens foram e o que fizeram para lá da comunidade resulta num fortalecimento da sua identidade local. Como a tropa, todas as experiências exógenas, todos os lugares conquistados fora da comunidade, contribuem para a valorização do indivíduo dentro da comunidade. Sendo a actividade piscatória uma actividade que privilegia, e faz disso mesmo a base do seu sucesso, o acumular de experiências, - o conhecimento adquire-se pela experiência -, todas as vivências podem ser potenciadas como mais-valias. Mesmo experiências que comportam rupturas como a desse pescador que emigrou, já que essa ruptura não acontece com os códigos por que se rege a comunidade, mas antes se dá como uma forma possível de prosseguir-los noutro lugar.

Essa é uma imagem forte que traduz a importância do reconhecimento por parte da figura paterna (e por extensão da comunidade, que faz desse o seu elo de ligação mais forte) do seu valor. Como pessoa, como bom pescador, como homem. O trabalho é esse elemento central na construção da identidade, e quando não se cumpre plenamente, o elo com a comunidade é quebrado.

4.2. O idioma do trabalho

Como vila de mar, portuária, industrial que é, Sines sempre teve uma população flutuante que acompanhava o ritmo das suas transformações. Pescadores algarvios que iam no Verão trabalhar nas barcas das armações; pescadores da Lagoa de Santo André (na rota dos fluxos migratórios das populações marítimas da região da Murtosa) que na mesma altura, quando a Lagoa entrava no período de defeso, iam fazer a faina da “chinha” (à semelhança da arte xávega, praticada nas zonas de areal) na praia ou iam para as barcas das armações; pescadores de Setúbal (oriundos também da região da Murtosa) nas “bateiras” ou “saiveiros”, barcos para a arte xávega; homens do interior do Alentejo que iam trabalhar na cortiça; mulheres que iam para as fábricas de conserva; a partir dos anos setenta o grande fluxo migratório de operários, de técnicos e quadros superiores para trabalhar no Com-

plexo; depois do 25 de Abril homens e mulheres oriundos de Cabo Verde (muitos eram pescadores e continuaram a sê-lo em Sines), e mais recentemente, acompanhando o fluxo migratório de leste a partir dos anos noventa, muitos ucranianos fixaram-se em Sines (muitos para a actividade piscatória também).

Os “filhos de Sines” passaram a contactar com os filhos de outras terras, que entretanto se foram fixando e tornando Sines sua também. Os algarvios foram a população mais numerosa.

Sendo certa a afirmação de Leal (op.cit) de que até aos anos setenta raras eram as famílias que não tinham sangue algarvio é verdade também que ainda hoje as diferenças entre uns e outros são constantemente lembradas na convivência diária. “Com tanto mar lá em baixo tiveram que vir para aqui, é porque isto é mesmo bom...”, graceja um pescador de Sines. Os pescadores algarvios por seu lado consideram-se sineenses, acabaram por constituir ali a sua família e a sua vida, e à parte o discurso e algumas situações de tensão entre uns e outros em que esse factor identitário pode ser exaltado, são tratados de igual para igual. A unidade criada pelo trabalho é mais fecunda do que a questão das origens de cada um. As maiores diferenças situam-se precisamente no universo dos “filhos da terra”.

Nos anos setenta muitos pescadores abandonaram a sua actividade para trabalharem na construção das infra-estruturas (os molhes e os acessos) do complexo industrial (1972-76). Depois desta fase de arranque criou-se a APS (Administração do Porto de Sines), sob dependência directa do poder central, que passaria a gerir todo o Complexo. Só os pescadores com cédula de tráfego local se podiam permitir a estes novos trabalhos que implicavam manobrar os rebocadores dos grandes navios que a partir de 1978 começariam a chegar aos terminais do complexo. Estes pescadores foram atraídos por um trabalho regularizado, com horário e salários fixos, e pela perspectiva de boas reformas. Alguns pescadores tentaram esta via mas desistiram, o “bichinho do mar” era um apelo mais forte. Em relação aos que optaram pela saída do mar, os pescadores passariam a ter algum distanciamento e nalguns casos a acusá-los de oportunismo. A base desigualitária que conduziu o processo antevia estas cisões, já que para os pescadores a igualdade (bem como a liberdade) é um princípio fundador de todo o seu *modus vivendi*. Uma igualdade que se vai conquistando no quotidiano do trabalho. No direito de todos à apropriação dos mares de pesca, um direito que não é adquirido, que não é dado por herança ou por laço de sangue, mas que é conquistado pelo querer de cada um, pela sua conduta social, pelo seu saber e audácia. Em última instância porque a qualidade de se ser bom pescador depende de cada um. E um bom pescador não se define tanto pelas boas pescarias que faz - aqui entram factores que fogem ao seu controlo, a “sorte” e o “azar”, ter boas aparelhagens e bons barcos - mas mais por aquilo que revela de si no respeito pela sua comunidade.

O trabalho no complexo, por seu lado, impôs-se com outras regras. E quem aceitou essas regras quebrou os laços com a comunidade original de pertença. Ali era tão somente exigido um documento formal, por uma autoridade exterior à comunidade, que testemunhasse as capacidades dos indivíduos para ocuparem determinado posto. Entre os “filhos da terra” que se divorciaram simbolicamente da sua comunidade de pertença e os que, vindos de fora, partilham a mesma identidade laboral, construída sobre a apropriação dos mesmos lugares, os pescadores valorizam estes últimos. O idioma da origem é desvalorizado perante a identidade profissional. De facto o que se nota é uma sobrevalorização destes homens e de todos os que - mesmo não sendo pescadores ou ligados à actividade - tendo outra comunidade original de pertença, *escolhem a sua* para viver.

4.3. A “vila” e a praia - codificação de diferenças

A “vila” é um lugar privilegiado de trânsitos sociais heterógeneos e indicador da passagem de algumas fases da vida dos homens.

A “vila” era o centro do núcleo urbano de Sines, o Rossio, a praça central e o lugar de encontro por excelência de toda a comunidade sineense. Para a comunidade piscatória, ir à “vila” não fazia parte do seu quotidiano. O domingo, o único dia em que não se ia ao mar, ganhava o sabor especial das coisas que fugiam à regra do trabalho e aos lugares tradicionalmente ocupados, a casa, o bairro, o mar, a tasca. Longe dos códigos do seu universo familiar, a “vila”, porque identificada com os dias de excepção, era um espaço de liberdade dos homens do mar, identificado com o tempo da “meninice” ou da “mocidade”.

No Verão o Rossio era animado pelo cinema ao ar livre que passava na “Esplanada Alentejana” (café, salão de bailes, cinema). A entrada no cinema aparece nos discursos destes homens como a passagem para a adolescência, o tempo dos namoros e das conquistas. Ainda não se é homem de “corpo inteiro” mas já se adquiriu o direito de vir a sê-lo. Já aprendizes nas artes da pesca, como moços a bordo das embarcações e nos armazéns, ao lado dos mais velhos a tratar das artes de pesca, ou simplesmente “à gandaia” na Ribeira (apanhando o peixe que caía no chão para vender na vila), conseguiam juntar algum dinheiro. Meia pensão, às vezes 1/4 de pensão (ainda não tinham direito a receber uma “parte”), sendo uma parte para a casa (entregue por norma à mãe que fazia a gestão do espaço doméstico) e o pouco que restava era para gastar nesses dias, no cinema, nos rebuçados, nas pevides, nos pastéis de gila vendidos à porta do cinema, e mais tarde, para entrar nos bailes e conquistar o universo feminino. Algumas famílias de hoje devem-se a essas conquistas nos bailes da Esplanada. O Verão no Rossio também era pretexto para o contacto com os veraneantes que nessa altura do ano ocupavam algumas casas que se alugavam no centro da vila. As diferenças entre os vários

grupos não eram esquecidas, mas era sobretudo a liberdade permitida a partir dessas diferenças que mobilizava as relações sociais. O Rossio deixou de ser o centro da vila, mas “ir à vila” continua a definir a saída do bairro onde se vive, para fora do seu quotidiano. Lugar de excepção identificado com outros espaços que entretanto foram surgindo. Já não está identificada com o Rossio, desaparecido o cinema da Esplanada, os bailes, mas com o centro de hoje.

A praia funcionava como uma espécie de lugar antecipatório dessas relações.

Espaço por excelência de cruzamento de pessoas oriundas de outros lugares, de outras classes sociais. Espaço de fruição, de prazer, por excelência, a praia despia as diferenças e revelava-se geradora de códigos, de comportamentos, tacitamente aceites por todos. Era a comunidade que manipulava e dominava esses códigos.

Verificava-se uma clara ocupação hierárquica: a “praia dos alentejanos”, que correspondia à zona onde a areia era mais fina e mais branca, ocupada essencialmente pelas famílias dos lavradores ricos do interior, e à medida que nos vamos aproximando da calheta, o terreno mais rochoso, que formava pequenas poças de água era a “praia das bicas” ocupada pelos locais, os “de pé descalço”. Mais junto à calheta, entre as “pedras” ficavam os pescadores à linha.

A praia conservou até à década de setenta, quando é rasgada para a construção da Avenida Vasco da Gama, essas características. O tempo de antes do Complexo era marcado pela ciclicidade de duas estações do ano, o Verão que ia de Maio a Setembro e o Inverno que ia de Outubro a Abril. O Verão, já identificado como o tempo das “excepções”, era o tempo em que a “vila era de todos”, para no Inverno se voltar a fechar nas suas dinâmicas mais internas. Os pescadores da Lagoa (aos quais se fica a dever, segundo os próprios, a profusão das redes nos mares de Sines) fixavam-se na praia, em casas de madeira arrendadas, que serviam ao mesmo tempo como armazéns. Para além da actividade piscatória, as mulheres trabalhavam no arrendamento dos toldos. A presença dos algarvios e dos “setubalões”; dos operários corticeiros que no Verão se dedicavam à pesca; o espectáculo das famílias ricas que desfilavam na praia tudo o que tinham de melhor, o vinho e a comida, os adereços de ouro das mulheres (para no Inverno, os rapazes da vila percorrerem a praia à procura do que ficara perdido e que o mar devolvia depois dos temporais); o pontal, lugar privilegiado para encontros amorosos e secretos, para contemplações, para ver o mar. Lugar paisagem e intimista por excelência. Onde ficava situado um convento no limite da praia de Sines, destruído nos anos setenta aquando a construção do molhe oeste para o terminal petrolífero, para fazer uma estrada que desse acesso à pedreira. A Ribeira cheia, sem espaço para as embarcações que vinham de todos os mares do país pela riqueza das águas. “O peixe saltava na praia, podia-se apanhá-lo à mão...” contam os pescadores. O

Verão como um “filme a cores”, a baía um “paraíso”. Ninguém lhe resistia e isso era motivo de orgulho para os locais. No Inverno o oposto, o tempo da miséria e o regresso dos constrangimentos sociais. Sobrevivia-se com o peixe salgado durante o Verão, pelas mulheres na praia, pedia-se na rua. “Mas aqui era tudo pobre, contavam-se pelos dedos das mãos as famílias ricas da vila”. No Inverno estreitavam-se os laços de solidariedade, que no Verão podiam ser mais fluidos como ditavam os ritmos do trabalho. A competitividade era maior nesta altura, tanto mais os lugares possíveis de serem conquistados. O presente não contempla mais a divisão rígida dos tempos e dos lugares. Pesca-se todo o ano (em Sines não se faz mais o defeso), os turistas não são mais as figuras sazonais, exóticas, de outrora, os espaços abriram-se ao ritmo que a comunidade foi incorporando os ritmos exógenos.

A praia *democratizou-se* e perdeu os códigos de diferença que a enformavam. Não porque esses códigos tenham desaparecido da sociedade, mas porque a realidade social que os sustentava desapareceu.

Com o aterro de parte do areal para a construção da Avenida, a praia deixou de ser procurada pelas populações do interior, o que coincidiu também com a “descoberta” das praias a sul de Sines, até Porto Côvo e por outro lado o lançamento de Tróia como zona balnear. A “praia das bicas” desapareceu juntamente, e com ela também os pescadores à linha. No mesmo sentido o desaparecimento das armações lançaria desde logo para fora desse espaço todos os pescadores. O divórcio físico da vila com o seu mar e a sua praia resultava enfim no final de uma era. Assim foi interpretado pelos pescadores e pela população de uma forma geral.

A marginal seria a pouco e pouco apropriada pelas pessoas como espaço de lazer e de desporto, para andar a pé e de bicicleta, a praia como lugar de todos. E pode dizer-se que voltou a ser central na utopia dos lugares que são para sempre. Sines a preto e branco reencontrou-se ali. Estes os pescadores, se todos gostam de observar, raros são os que descem até lá.

Os que vão com as suas famílias (são uma minoria), estão como toda a gente a usufruir do lugar-paisagem, como numa varanda sobre o mar.

4.4. O Largo dos Penedos – continuidade na mudança

A taberna é o espaço social da comunidade por excelência, onde a sua unidade é exaltada e posta constantemente à prova. Se a vila e a praia revelam heterogeneidade, aqui o que se realça são os códigos internos da comunidade. Distanciando-nos um pouco do que afirma Vale de Almeida (1992), a transformação destes espaços (por vezes o seu desaparecimento) em cafés, e a entrada de pessoas estranhas à comunidade, não trouxe consigo a quebra dos laços de solidariedade e de igualdade enquanto comunidades de género. A tasca dos Penedos,

nome também do largo (Largos dos Penedos da Índia) onde se situa e pelo qual é conhecida, (outrora a “taberna”) ilustra antes um caso de continuidade na mudança. Situada no alto da barroca, sobre a baía e o porto de pesca, perto da antiga atalaia, (ponto de vigia aos navios que passavam ao largo), continua a ser hoje, como no passado, um lugar central no quotidiano dos pescadores. “No tempo das armações” (antes do Complexo) ficava um homem no largo de vigia, o “calhau”, atento aos sinais que os seus camaradas enviavam por meio de um fogacho, junto das armadilhas fixas no mar, quando detectavam sinais de peixe nas redes. Nesse momento o calhau ia de porta em porta avisar o resto dos camaradas para se fazerem ao mar nas barcas e trazerem o pescado para terra. Desaparecidas as armações, a figura do calhau continua a existir nas traineiras, já sem a função de vigia, mas ainda o responsável pela chamada do pessoal (os telemóveis vieram substituir-se às chamadas de porta em porta) e por outras tarefas em terra que asseguram que tudo esteja em condições para mais uma campanha. O posto de vigia funciona ainda como lugar privilegiado para assistir às entradas e saídas do porto, e ao que existe para lá dele. Dali os homens conseguem reconhecer, hoje como ontem, os barcos que entram e saem, a rapidez com que vêm pela água que deixam pela popa, se a pescaria foi boa ou má pelo calado do barco, e reconhecer no mar, orientados pelos novos marcos dos molhes portuários, os pesqueiros. Informação que depois é trocada, partilhada, disputada pelos pescadores também no espaço da tasca.

O mar, agora dividido, reconfigurado, colonizado, presta-se do mesmo modo, porque continua a ser um “espaço vivido”, a enformar o olhar e as práticas quotidianas dos pescadores.

O largo, o muro sobre o porto, a “meia-laranja” (um promontório ao centro) e o que o nosso olhar consegue abarcar - grande angular do universo marítimo - marcam num mesmo tempo as fronteiras simbólicas de uma Sines a preto e branco. Os turistas abarcam esse universo, não desse miradouro “natural” nem do primeiro andar da tasca dos Penedos, mas antes dos poucos restaurantes e esplanadas (lugares por excelência onde o olhar e o corpo se distraem da realidade em que repousam), que espaçadamente percorrem o alto da Barroca. Enquanto lugar de memória e de prática o largo continua a oferecer-se como recurso identitário. Como “lugar de passagem” oferece-se como espaço abstracto, passível de ser moldado a partir das experiências que não decorrem dele directamente. Como a fotografia a preto e branco.

Há cerca de 12 anos a tasca, adquirida pelo pai do proprietário actual, foi alterada e o primeiro piso transformado em restaurante (que tem como princípio servir apenas o peixe fresco trazido pelos pescadores), hoje frequentado maioritariamente por trabalhadores locais. O piso térreo mantém a mesma função. Serve os petiscos que os pescadores deixam para serem aí confeccionados, o pão

e o vinho ao copo ou a aguardente caseira. O dono sabe exactamente o que cada um quer, e todos sabem o que podem esperar de cada um. O mar é o assunto por excelência. O balcão não é mais de pedra, mas de madeira; a entrada “secreta” pela porta de trás do balcão para o mundo dos jogos já não existe e os jogos também já não se fazem; a televisão posta a um canto ao alto prende algumas atenções; entram outros trabalhadores; já se fazem de vez em quando umas sandes e pode beber-se um sumo... Estas são as mudanças inerentes a uma sociedade que não está fechada em si mesma e que incorpora o tempo que vive. No essencial o espaço continua a acolher os mesmos sentidos. “Não entrava aqui quando era gaiato. Moços novos eram logo rejeitados. Nem um cigarrito! Quando entrei aqui já era adulto. Tinha 16 ou 17 anos”, conta um pescador. Só quem tinha ordem de entrar ali eram os pescadores, “eu vinha chamar o meu avô, tinha 15 anos e não era autorizado a entrar.” Outros pescadores dizem que só entraram mais tarde, já com a tropa feita. Esta aparente contradição dos discursos é facilmente relativizada pelo que têm em comum. A ideia de se ser homem. Aos 16 porque já se anda ao mar e depois porque já se cumpriu o serviço militar.

As mulheres e as crianças continuam a não entrar neste lugar, as primeiras porque não pertencem à “comunidade de género”, as crianças porque essa não é (ainda) a sua comunidade.

Outros espaços do mesmo tipo existem - convertidos em cafés ou que se transformaram em cafés que os pescadores passaram a frequentar - que preservam esta mesma função social, com a diferença de esta ser partilhada com outras lógicas sociais. Situados em bairros, ou próximos deles, tradicionalmente habitados por pescadores (outrora nas franjas da vila, hoje cada vez mais próximos dela)¹⁷ são contudo parte de uma comunidade mais ampla, com ritmos muito próprios coincidentes com os tempos livres de cada um. Aqui não são fundamentalmente os mais velhos, já reformados, que se juntam, mas sobretudo os indivíduos no activo, que moram no bairro e que fazem do café o seu espaço de sociabilidades por excelência. Ali joga-se, cartas sobretudo, e bebe-se. Cerveja mais do que vinho. São os consumos que variam. Antes de irem para o mar, quando regressam, antes de irem para casa, aos fins-de-semana quando não vão ao mar. Ali vão procurar saber o que lhes escapou na Ribeira, sobre as pescarias dos outros, ali fazem-se as contas, esperam que os “calhaus” do presente venham com as pensões, que às vezes por falta de tempo não são logo distribuídas na Ribeira quando o barco vem do mar. Bebe-se de mais por vezes e ouve-se os mais velhos dizerem

¹⁷ Falar destes bairros e da forma como se revelaram cruciais na afirmação de identidades próprias dentro da comunidade piscatória, seria motivo para outra reflexão. Aqui pretendeu-se olhar a comunidade enquanto “relação” com um determinado contexto e não focar tanto as suas dinâmicas internas. O mesmo argumento serve para a exclusão do território marítimo, “lugar antropológico” por excelência dos pescadores.

que “dantes havia mais respeito”. Os mestres, asseguram-no os mais velhos, que se davam mais ao respeito, partilham agora com os camaradas o mesmo espaço e se for preciso discutem com eles no local. Quando se bebe demais é ali que se é posto em cheque perante a comunidade, fazem-se avisos, vigiam-se os comportamentos e por vezes a ordem é dada perante todos, “hoje não embarcas comigo”. Pagam-se rodadas, partilham-se à vez as despesas. Ninguém discute essas regras. Os pescadores trazem o peixe para o petisco. Aqui também já se fazem as sandes, e para além disso, vendem-se as gomas e os rebuçados, os gelados, anunciando desde logo a presença das crianças, dos jovens. Às vezes surgem pela mão do pai, na folga de fim de semana. Às vezes o pescador aparece com a mulher. O café alarga o sentido de comunidade sem se perder a unidade representada pelo trabalho. As mulheres e as crianças têm aqui, ao lado dos homens, o seu lugar no espaço público do convívio social. É o trabalho marítimo que continua a servir de elo entre uns e outros.

E enquanto o mar for território de trabalho - principal recurso identitário - estes lugares em transformação continuarão a enformar as identidades locais.

5. Para lá da paisagem...

Sáímos de Sines convencidos que voltar implica integrar outros tantos “espaços vividos” sob o idioma da memória e do presente. Tiramos as fotografias a preto e branco do bolso e já sabemos o que nos contam para lá da paisagem. Das transformações ocorridas lemos uma cidade na qual convergem múltiplos olhares e o relato das mudanças não as cristaliza mas é vivificado pelas pessoas que participaram e participam na sua construção.

Bibliografia:

- AUGÉ, Marc, 1994, *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora, Venda Nova
- DIEGUES, António Carlos, 1999, “A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil”, *Emográfica*, Vol. III (2), 361-375
- FILGUEIRAS, Octávio Lixas, 1994, *Traineiras*, CTT, Lisboa.
- GARCIA ALLUT, Antonio, 1999, Compartición de conocimiento tradicional y científico para una gestión mas adecuada de las pesquerías in *Emográfica*, Vol.III (2), 309-331
- GARNER, Alice, 2005, *A shifting shore, locals, outsiders and the transformations of a french fishing town, 1823-2000*, Cornell University Press, Ithaca & Londres
- LEAL, Américo, 2001, *Quem somos! – Testemunhos*, Edição de Autor, Sines.
- LEFEBVRE, Henri, 2000 (1974), *La production de l'espace*, Anthropos, Paris, 4ª edição
- LOPES, Francisco Luís, 1985 (1850), *Breve noticia de Sines, pátria de Vasco da Gama*, Câmara Municipal de Sines, Sines.
- MOREIRA, Carlos Diogo, 1987, *Populações marítimas em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

- PACHECO, Francisco do Ó, 1999, *Crónica da greve ecológica em Portugal* Francisco do Ó Pacheco, D.L., Sines.
- PÁLSSON, Gisli, 1993, "Household words: attention, agency and the ethnography of fishing", in PÁLSSON, Gisli (ed.), *Beyond boundaries – understanding, translation and anthropological discourse*; Oxford, 117-139
- PATRÍCIO, Maria Teresa, 1991, A estratégia política e económica do Estado português num pólo de crescimento – o projecto industrial de Sines in *Sociologia – Problemas e Práticas* 10, 9-19.
- QUARESMA, António Martins, 1998, Sines no trânsito da época medieval para a moderna in Vários, *Da Ocidental Praia Lusitana – Vasco da Gama e o seu Tempo*, Comissão Nacional dos Descobrimentos, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 1987 (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 5ª edição.
- SOLEDADE, Amaldo, 1999, *Sines – Terra de Vasco da Gama*, Câmara Municipal de Sines, Sines.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel, 1992, Da taberna ao café: A casa dos homens, *Portugal Moderno*, CEAS/ISCTE, Lisboa.
- VÁRIOS, 1974, Breve análise do protesto popular contra o projecto de Sines in *Análise Social* 40, 2ª Série, Vol. X, 812-826.